



1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**

2 **Nº. 033/2024**

3 *(Plenária Presencial)*

4 Aos dezesseis dias do mês de outubro de dois mil e vinte quatro, às quatorze horas, reuniram-  
5 se para Assembleia Ordinária, nas dependências da Secretaria Municipal de Desenvolvimento  
6 Social – SMDS, Av. João Pessoa, 1105 – Azenha – Porto Alegre, sob a coordenação da  
7 Presidente **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA**, e na presença dos:

8 **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:**

9 Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**  
10 **(Topogigio) – Presidente do CMDCA**; Carolina Fraga, **Associação Cristã de Moços do RS**  
11 – **ACM**; Lisete Aparecida da Silva Felippe, **Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos**  
12 **Direitos da Criança e do Adolescente**; Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e**  
13 **Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, Apae/Porto Alegre**; Frei Luciano Elias Bruxel,  
14 **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCPA**; Luciane Escouto, **Instituto Leonardo**  
15 **Murialdo**; Priscila Balestrin, **Parceiros Voluntários**; Débora Nunes, **Fundação O Pão dos**  
16 **Pobres**; Natália Vieira, **Amigos do Hospital Materno Infantil – AHMI**; Luiz Alberto  
17 Mincarone, **Associação Beneficente Amurt-Amurtel**; e Francyne Rosa, **CEA**.

18 **CONSELHEIROS DO GOVERNO:**

19 Guilherme Furh, **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS**; Letícia  
20 Giardin, **Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC**; Sônia Silvestrin, **Secretaria**  
21 **Municipal de Saúde – SMS**; Sônia Rejane dos Santos Vieira, **Secretaria Municipal da**  
22 **Fazenda – SMF**; Adriana Paz, **Secretaria Municipal de Educação – SMED**; Aline Borges,  
23 **Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude – Smelj**; e Carlos Fernando Simões  
24 Filho, **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**;

25 **DEMAIS PRESENTES:**

26 Mirela de Cinta, Loiva Dietrich, Ângela e Érica, **FASC**; Íris Cândido, **Administrativo SMDS**;  
27 e Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquigrafia**.

28 **PAUTA:**

29 **1. Abertura;**

30 **2. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e**  
31 **Comissão de Finanças;**

32 **3. Informes.**

33 Após a conferência de *quorum* foram abertos os trabalhos:

34 **1. ABERTURA;**

35 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**  
36 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Boa tarde. Iniciando mais uma plenária.

37 Então hoje nós temos, no primeiro momento, a presença da FASC. **Frei Luciano Elias**  
38 **Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Carol, cabe sinalizar para a  
39 equipe que dia 29 de outubro vai ter uma capacitação para os conselhos tutelares, e um dos  
40 temas prioritários vai ser a questão do acolhimento institucional, uma compreensão. Um dos  
41 formadores vai trabalhar o Afonso Konzen. Vai ser na PUC. A Maria Augusta. Seria bom se  
42 alguém lá da FASC pudesse participar junto. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**

43 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**  
44 **CMDCA:** Não, no mesmo dia o Calábria também está chamando para um seminário, que eu  
45 acho que é alguma coisa também relacionada ao SUAS. Tem um evento aí dia 29 e 30, daí um  
46 é SUAS, bem interessante. E o nosso é de manhã e tarde também. Vou pegar aqui. Pela manhã  
47 é Acolhimento Institucional na Perspectiva do Ministério Público com a doutora Maria  
48 Augusta. E à tarde, é desmistificando o CRAI com a coordenadora do CRAI, a Maria de  
49 Fátima. E aí depois, o Sistema de Direitos e Garantia e o papel do Conselho Tutelar com o  
50 Afonso Konzen. Ótimo. Poderia ser importante as equipes dos CRAS, dos CREAS que  
51 conseguirem participar com o pessoal do Calábria. Tem como enviar o convite? Mando agora  
52 já. **Loiva, FASC:** Bem importante. Nós fizemos algumas provocações lá no seminário que  
53 teve do Primeira Infância, não deu conta do seminário, porque bebês acolhidos. Mas agora a  
54 Mirela vai trazer mais. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**

55 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Tá. Então, diante dessas  
56 questões em que nós estamos trabalhando para a capacitação do conselho tutelar e também  
57 que surgiu a necessidade da gente, lá no início do ano, a gente colocou no nosso plano de ação  
58 montar e pensar um diagnóstico de políticas públicas para a criança e o adolescente, vazios de  
59 atendimento e também, principalmente, como que está sendo feito hoje as execuções e o que  
60 que falta, um diagnóstico real para a gente poder pensar aonde, principalmente, a gente vai  
61 estar agindo ou qual é a prioridade da prioridade. A gente sabe que com a pandemia, com a

62 calamidade, enchentes e tudo mais, o trabalho infantil aumentou gritantemente. A gente sabe  
63 que a questão de abuso sexual aumentou gritantemente. A questão de acolhimento institucional  
64 está cada vez mais explodindo. Hoje de manhã, antes de eu sair, eu não consegui sair, me  
65 atrasei literalmente, porque eu tinha que ver duas notícias sobre criança e adolescente,  
66 crianças, bebês. A situação daquela mulher em que foi brutalmente assassinada, a questão das  
67 duas crianças gêmeas em que faleceram com uma semana, mais ou menos, de diferença. E há 2  
68 meses, mais ou menos, aquelas duas crianças também. Então estão vindo tantas questões e a  
69 gente se coloca muitas vezes num papel de aonde atacar primeiro, ou aonde a gente pode fazer  
70 um recurso que a gente tem ser mais eficaz e ser mais, talvez, se a gente conseguir, não  
71 acontecer algumas situações em que estão acontecendo, não chegarem tão próximo de Porto  
72 Alegre, vamos dizer assim. Mas e aí por isso que a gente chamou vocês para a gente poder ter  
73 essa fala, essa conversa, a apresentação de alguns dados para nós, que também a gente viu a  
74 apresentação de vocês lá para os conselheiros tutelares e na reunião em relação ao juizado. E  
75 lá vocês trouxeram alguns dados, principalmente sobre a questão de acolhimento emergencial,  
76 e eu acho que é algo que o Conselho vai ter que chamar também para a gente poder discutir  
77 com densidade, não vai ser só com o conselheiro tutelar, só com o juizado, ministério, mas  
78 com o todo. E aí, queria poder ouvir vocês. Não sei se tem alguma questão a mais, gurias, é  
79 isso? Tá. Então, queria ouvir vocês, por favor. Se apresentem que daí só para a gente dar uma  
80 registrada. **Ângela, FASC:** Nós começamos aqui. Oi, boa tarde. Eu sou a Ângela, trabalho na  
81 FASC, no núcleo do acolhimento da criança e do adolescente. Faço parte da equipe da gestão  
82 das vagas do acolhimento municipal. **Érica, FASC:** Boa tarde. Eu sou a Érica, sou assistente  
83 social do planejamento socioassistencial na assessoria de planejamento e dizer que a gente está  
84 num processo também de elaboração, de confecção do nosso diagnóstico da assistência.  
85 Queria ver com vocês se vocês já têm alguma previsão, um prazo que vocês querem, porque  
86 alguns dados que a gente vai coletar é para o nosso diagnóstico. Só para a gente poder  
87 também contribuir nesse sentido. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**  
88 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Posso falar  
89 então sobre isso. Nós aprovamos, eu acho que faz umas 2 semanas, o projeto técnico para a  
90 pesquisa, e está na ASSETEC. E agora na última semana de outubro, nós vamos ter uma  
91 reunião com a procuradora e nós vamos estar levando para a gente poder ver a parte  
92 operacional. Se vai ser edital, se vai ser licitação, se vai ser dispensa, de que forma mais rápida  
93 também que a gente conseguiria. A nossa ideia da conclusão é para os 35 anos do ECA. E aí a

94 gente gostaria de fazer um evento para a cidade, para a apresentação do diagnóstico, com  
95 potencialidades, com dificuldades, e aí pensar nessas questões também. Só para a gente saber  
96 também, hoje, atravessando a sinaleira, o pessoal que desceu, que é do gabinete do secretário,  
97 me perguntou se o secretário tinha falado comigo sobre a publicação do ECA. E eu disse:  
98 “não, isso não”. Aí ela disse assim: “a gente está pensando em relação aos 35 anos do ECA”. E  
99 eu disse: “então, precisamos conversar, porque nós também estamos pensando num evento  
100 para os 35 anos do ECA”. Então a gente pode unir forças, né, enquanto cidade, e não fazer  
101 dois eventos ao mesmo tempo. Eu acho que é muito mais prático a gente se organizar, fazer  
102 um belo de um evento com todas as parcerias, com toda, que nem eu digo assim, independente  
103 de FASC, SMED, SMDS, o que é prefeitura, a gente pode fazer uma coisa só, acho que bem  
104 bolado também. Só fechei meu parênteses. **Loiva, FASC:** Meu nome é Loiva, sou assistente  
105 social, estou na direção técnica da FASC. **Mirela, FASC:** Eu sou a Mirela, sou psicóloga. Eu  
106 trabalhei 22 anos na porta de entrada do município, no abrigo municipal único que abriu em  
107 parceria ali com o CPC. A gente tem essa parceria desde 2003. E a gente faz o acolhimento  
108 emergencial desde 2016. Se vocês quiserem, a gente tem dados desde 2016 totalmente  
109 catalogados do emergencial. A gente tem desde o desenvolvimento. Vai mudando um  
110 pouquinho o escopo, mas os números e os dados a gente tem desde o começo. O que é  
111 comum: faixa etária, número de acolhimento, quem acolheu, a gente tem. Então acho que  
112 facilita um pouco, tem bastante material. Inclusive dos perrengues durante, a gente foi  
113 sistematizando e tem muita produção feita dentro do acolhimento emergencial. Eu peço  
114 desculpas pela apresentação, porque ela desconfigurou nesse computador. Vamos dizer que  
115 tem computadores piores que o da FASC, o que é quase inacreditável, mas tem. Eu trouxe um  
116 resumo do resumo do resumo dos números, tirei um pouco das coisas que eram e trouxe uma  
117 coisa bem específica em relação ao acolhimento para vocês terem uma base. **Frei Luciano**  
118 **Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPC:** E eu acho que seria  
119 importante, nós queríamos, eu tenho compartilhado, os entraves e as dificuldades no sistema.  
120 Como é que, onde estão os pontos? **Mirela, FASC:** Trouxe um resumo também bem resumido  
121 para a gente poder fazer uma discussão. Então, primeiro vou dizer os números para depois a  
122 gente fazer uma discussão um pouco do que a gente tem passado. A demanda de acolhimento,  
123 ela... Ali a gente está, que eu trouxe desde 2017, porque começou o acolhimento emergencial  
124 a partir de um termo de colaboração do judiciário com o judiciário em 2016. E aí veio para a  
125 gente executar, como as coisas geralmente acontecem. E aí eu tenho os números, mas aí só

126 tenho os do emergencial, então eu não trouxe. Eu trouxe desde 2017 que aí já tem os do  
127 judicial para a gente fazer uma comparação. Então, quando começa, já começa o emergencial  
128 lá em cima. O emergencial era para ser uma coisa excepcional do excepcional, e aí acaba se  
129 tornando, vocês vão ver o movimento lá. O emergencial, até a pandemia, ele era maior do que  
130 o acolhimento judicial. Ali no pós-pandemia, 2021 empatou, 2022 começou a mudar, o judicial  
131 ficou maior. Um pouco maior, mas ainda assim a gente tem um volume expressivo de  
132 acolhimentos emergenciais. Mas o que aconteceu no judicial? Se vocês observarem, de 2022  
133 para cá, teve um boom no acolhimento judicial. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
134 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**  
135 **CMDCA:** Todo mundo sabe o que é acolhimento emergencial? **Mirela, FASC:** Não? Começa  
136 pelo bê-á-bá. Então, o acolhimento... Pela lei, pela 12.010, que altera o ECA, o acolhimento  
137 passa a ser exclusivamente judicial. Todo acolhimento tem que passar pelo juiz, o juiz autorizar  
138 ou determinar. Então, ele deixa de ser prerrogativa do Conselho Tutelar e passa a ser  
139 exclusivamente do judiciário. Só que a gente sabia que o conselheiro acolhia. E aí, de noite, de  
140 madrugada, tomar quentão lá no plantão do Fórum, e todo mundo que trabalhou com infância  
141 sabe que mais cedo ou mais tarde tem essas coisas, eles foram lá e pediram para que tivesse a  
142 prerrogativa de fazer um acolhimento emergencial. O conselho não pode fazer acolhimento  
143 emergencial. Quem faz o acolhimento emergencial é a instituição de abrigo, é o que está na lei.  
144 Então, o que eles fizeram? Fizeram um termo de compromisso dizendo que o conselheiro  
145 poderia trazer para o abrigo, e o abrigo faria o acolhimento. E aí, teoricamente, a gente podia  
146 dizer: “não, isso aqui não, isso aqui está incompleto, leva de volta”. Na prática, a gente sabe  
147 que acaba acontecendo de outro jeito. Acabou continuando a prática de acolhimento do  
148 Conselho Tutelar junto com o acolhimento judicial, esse obrigatório. O que que acontece  
149 dentro da lei? Tem que ter um monte de coisa para tu acolher, um monte de papel, né? Tem  
150 que dizer, tem que voltar, tem que abrir uma inicial, tem que julgar, então tem um processo  
151 longo. O Conselho diz assim: “bom, mas a criança está em risco, não pode esperar tanto”. Só  
152 que, com o tempo, não eram mais os casos de emergência, eram casos que deveriam ter sido  
153 judicializados, avaliados, passados pela rede, e o pessoal vira uma bagunça. Isso é uma coisa.  
154 Então, o emergencial se torna tudo aquilo que o Conselho traz sem passar pelo judiciário  
155 antes. É para passar pelo judiciário depois, em até 24 horas, como diz a lei. E de um tempo  
156 para cá, nem isso mais está acontecendo. Então a gente está num momento muito delicado,  
157 que depois a gente vai discutir um pouquinho. Então, vamos começar os números. O que

158 aconteceu? Disparou o emergencial porque é mais fácil. O Conselho leva lá e pronto, depois.  
159 Aí, a gente teria que instruir, o Conselho teria que acompanhar a audiência, teria que estar  
160 trazendo o expediente, teria que fazer todo aquele processo que ele tem que fazer para o  
161 judicial, mas aí ele não faz, por n motivos. Aqui não trouxe, porque, mas se tu vai comparar o  
162 que é do plantão e o que é da micro, tu vai ver que 70% a 80% dos acolhimentos não são  
163 feitos no plantão, são feitos pela própria micro, que deveria seguir o fluxo normal, já que a  
164 micro está ali, ou seria uma excepcionalidade, tu teria que ligar, tipo para a escola, tipo para  
165 um serviço que atende lá. Então, o que a gente vê? Só que a gente vê que depois da pandemia,  
166 a gente tem um aumento expressivo dos acolhimentos judiciais. E vocês estão vendo ali que o  
167 emergencial não muda muito o número, está mais ou menos a mesma coisa. Então, aumentou  
168 o judicial, mas não diminuiu o emergencial. E o que tem ali? Recém-nascidos, numa  
169 quantidade absurda. Só que o que acontece? A gente, como tinha essa certa queda do judicial e  
170 tal, a gente teve uma diminuição de metas, que foram as metas dos serviços residenciais  
171 inclusivos. E tinha toda a ideia de ter família acolhedora, outras modalidades que não fossem  
172 acolhimento institucional. Então, teve uma diminuição de metas porque a gente pressupunha  
173 abrir mais família acolhedora, abrir os RIs, e aí o que aconteceu? A gente hoje recebe dentro  
174 da rede, de 2022 para cá, mais do que a rede tem de vagas. Todo ano tu recebe 800 crianças  
175 novas na rede, todo ano. A rede não tem 700 metas. E tem uma outra coisa: o encolhimento da  
176 FPE. Durante os primeiros anos, a FPE acolhia com a gente mais ou menos o mesmo número.  
177 Hoje a FPE tem acolhido cada vez menos. Então a gente tem o fechamento dos abrigos da  
178 Fundação de Proteção, aliados a tudo isso. Então, ali eu botei os gráficos, né, do judicial e do  
179 emergencial, tem mais ou menos, vocês têm picos e vales, tem as situações que têm a ver com  
180 o contexto, e a questão das, do total de acolhimento e as metas disponíveis. Só que a gente  
181 sabe, entrou, mas não saiu todo mundo. Tem crianças que estão com 20, 10 anos no  
182 acolhimento. Então, por mais que entrem menos crianças que vagas, as vagas, elas não têm  
183 todas as vagas ali, porque as crianças vão usar a vaga 2 a 3 anos. Então é isso. A próxima  
184 lâmina, por favor. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**  
185 **da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Deixa eu só nessa lâmina ali. Qual  
186 é a quantidade de crianças e adolescentes acolhidas hoje? **Mirela, FASC:** Hoje, acolhidos  
187 hoje? Aquele número ali, ó, 600... O número das metas, a gente está com... Quanto que a  
188 gente sabe? Quanto é que tem totalmente, quantas vagas a gente tem abertas hoje? A gente  
189 tem 670 casos acolhidos. A gente tem, no mínimo, 660 acolhidos hoje. Deve ter 10 vagas na

190 rede só de ruim. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**  
191 **da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Tá, e a capacidade, ou a  
192 quantidade de metas que se tem? **Mirela, FASC:** 675. Em Porto Alegre tem 675. Todas as  
193 modalidades, porque aí tem isso: tem casa lar, família acolhedora, e abrigo. O total, né, 675.  
194 **Érica, FASC:** Teve uma redução, né, de 2015 para cá? **Mirela, FASC:** 2018. Isso que eu  
195 falei. Houve um fechamento, porque nós tínhamos a Casa Lar, estava com muitas metas  
196 ociosas, muitas metas ociosas. Tem números para tudo. Depois eu tenho o relatório. Foi até a  
197 pandemia. Isso não tem a ver com a pandemia, isso tem a ver com a configuração do  
198 judiciário, é outra coisa. Eles entravam e saíam enquanto estava funcionando os mecanismos  
199 criados no TAC. O TAC previa uma audiência até 24 horas, a gente pedia uma extensão, e a  
200 gente pedia 5 dias para poder ler o caso, fazer uma avaliação, pedir para o conselho, e aí na  
201 audiência o juiz avaliava o caso e desligava. O que aconteceu? Em 2019, vocês podem ver ali,  
202 morreu a juíza. Em 2019 que ela morreu, né? Foi em 2019. E começou uma série de trocas de  
203 juízes que não conheciam a matéria e mudaram completamente a forma que é um dos nossos  
204 que a gente está aqui por isso. Mudou muito a forma que o judiciário encara a rede, o  
205 executivo em geral, e o acolhimento em especial. A pandemia mudou, porque na pandemia  
206 diminuiu muito o número de acolhimentos. Você pode ver ali, ó, em geral, né, 2019, 2020,  
207 2021 tem uma queda expressiva. E a gente explode lá em 2022, vai lá em cima. Volta a um  
208 número maior que na pandemia. Isso aqui tem no relatório, depois eu posso dar para vocês,  
209 tem o relatório de todos esses anos. O que que acontece na real? Na pandemia, os juízes  
210 pararam de trabalhar, eles focaram no trabalho remoto e nunca mais voltaram. As audiências  
211 eram virtuais, mudou completamente a dinâmica, tu não tem mais o corpo a corpo, o juiz não  
212 deixava mais todo mundo entrar na audiência, aí virou uma confusão. É uma outra coisa. Acho  
213 que tem a pandemia, mas a pandemia criou uma situação no judiciário que impacta diretamente  
214 no que a gente está vendo hoje como um mote. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto**  
215 **Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** E eu lembro que eu várias vezes aqui comentei,  
216 quando nós fizemos o plano em 2012, e a gente reativou semana passada a comissão do plano  
217 municipal de convivência familiar e comunitária. Em 2012, quando fizemos na Assembleia,  
218 aquele Faccinetto, que era o promotor, o maior especialista que tinha, ele na época estava  
219 escandalizado com o número de acolhimentos que tinha naquela época. E ele desafiou naquele  
220 plano que a gente fizesse uma redução. E desde aquela época, vocês viram ali que aumentou a  
221 rede, na pandemia diminuiu, agora ela está um pouco abaixo, mas aquilo que a gente falou das,

222 da rede básica nossa que é muito frágil. Que a gente precisa criar nas comunidades mecanismos  
223 de proteção dessa criança. **Mirela, FASC:** Eu não queria, eu quero dar um toquezinho antes  
224 de passar a palavra sobre isso. Eu peguei os dados da última pesquisa que o pessoal fez, do  
225 Ministério Público, do CNMP, Conselho Nacional do Ministério Público. O acolhimento, a  
226 gente tem, não tem números de acolhimentos em Porto Alegre, tem por estado. Tem a ver com  
227 a lógica do próprio judiciário do estado. Porto Alegre, o Rio Grande do Sul, ele tem 299  
228 serviços de acolhimento. É o terceiro maior do país. Perde para Minas Gerais, que tem 396  
229 serviços, e para São Paulo, que tem 742. Se tu pensar que um estado com a população de  
230 Porto Alegre, do Rio Grande do Sul, tem mais acolhimento que a Bahia, que o Rio de Janeiro,  
231 enfim, não vou nem discutir. E outra coisa, RI, que é uma coisa que a gente, esse eu tenho os  
232 números, né? E a gente conversou com São Paulo. São Paulo tem o dobro de residenciais  
233 inclusivos, que é população de adulta, mas tem muita gente egressa do acolhimento  
234 institucional, tem o dobro, só que tem uma população dez vezes maior. A gente infere que a  
235 gente acolhe mais que os outros lugares. Com certeza. A gente infere isso. Tem uma cultura de  
236 acolhimento. **Loiva, FASC:** Tanto para idoso quanto para criança, e aí eu entro um pouco na  
237 linha do que o Frei está falando, o que que a gente está pensando, o que a gente está pecando  
238 na área da prevenção de base e de média complexidade, ou a gente não está trabalhando  
239 integradamente entre as políticas, ou os emergenciais são de situações banais: conflito familiar,  
240 adolescente, conflito com a mãe, com o pai, vai lá e acolhe. Não é motivo de acolhimento, é  
241 motivo de mediação. É castigo, castiga o adolescente. Ou então, insuficiência alimentar, acolhe  
242 a criança. Então, assim, são coisas que a gente tem que estar pensando, por que nós temos essa  
243 cultura do acolhimento? Porque tem que dar certo o acolhimento. Agora, um enorme número  
244 de bebês, nós fizemos o movimento de conversar com o hospital, a Mirela fez todo o  
245 levantamento da onde as crianças eram oriundas, a gente viu que era o HPV, o hospital nosso.  
246 Aí, a gente foi até lá, discutiu com o diretor: “olha, eu acho que a gente tem que pensar outras  
247 ações”, porque a gente tem que falar com o SAF, com o CRAS, com o pessoal de saúde do  
248 território antes de pensar no acolhimento. Porque aí tu faz duas violências, né? Tu retira o  
249 bebê da família, tu não investe na família, já vai e acolhe. Então nós estamos com um número  
250 exponencial de bebês. **Mirela, FASC:** Sim. É que o que aconteceu, ali no acolhimento  
251 noturno, ele tinha 6, 7 acolhimentos por mês, e o acolhimento emergencial, ele criou para  
252 atender a demanda que não tinha mais. Então, era para atender o plantão à noite, uma situação  
253 de emergência, que tudo bem. O que aconteceu? Eles usaram para outras finalidades,

254 emergência e risco de vida. Aconteceu uma violência grave, uma criança perdida na rua,  
255 situações muito graves. Eu acho que quem começou a usar foi o conselho e caiu numa zona de  
256 conforto aqui para o judiciário. Eu acho que o Conselho, ele é o primeiro culpado, vamos dizer  
257 assim, culpado de ter esse acréscimo. Ele usou uma coisa que era para favorecer o plantão  
258 como coisa ordinária. A micro não deveria acolher emergencialmente senão em casos  
259 excepcionalíssimos. Botou lá, criança toda quebrada, está chegando na micro de tarde, o que é  
260 que tu faz? Mas não é isso que é usado. E se tu pegar os números, os números do plantão  
261 noturno é mais ou menos o número do acolhimento noturno, mas é o que mais. É isso.

262 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**  
263 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu queria propor para a gente acalmar o  
264 nosso coração e a gente ver a apresentação. E eu já estou me coçando de dez vontades de  
265 falar. Mas aí, se a gente não ter todos os dados aqui, a gente não vai ter a apresentação de uma  
266 forma geral. E aí depois a gente consegue estar pontuando. Eu sei, eu sei, eu sei, eu sei. **Sônia**  
267 **Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** É que essa é uma pauta muito cara para  
268 a saúde, e a gente vem há muito tempo sinalizando, pensando sobre isso, e também  
269 conversando com o hospital, principalmente o áreo, e também gostaria de trazer um pouco do  
270 que a gente tem feito na saúde, porque que a gente tem acolhido tantos bebês e porque que a  
271 assistência social tem um olhar sobre esses acolhimentos e a saúde tem outro olhar, e eu acho  
272 que dá para consensuar esses olhares pensando nos dois pontos, porque as crianças, as famílias  
273 são as mesmas. Eu só queria trazer isso, mas eu concordo, vamos ver todos os dados e depois  
274 a gente... **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**

275 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Perfeito. Quando tiver assim, como é  
276 que é, é tipo conferência, levanta a mãozinha e a gente coloca ali. Destaque. **Mirela, FASC:**  
277 Passa a outra, por favor. Vai ficar assim mesmo, porque foi feito no PowerPoint que ficou  
278 complicado. Ali eu trouxe as questões de onde veio a demanda. O emergencial é tudo do  
279 conselho tutelar. Então a gente teve, no ano passado, 390 pedidos emergenciais, são  
280 praticamente 30 por mês. Vocês têm que pensar que é um serviço só, é um número, é um por  
281 dia, é um número grande. E esse ano a gente já teve 229 de emergencial. O que tem o judicial?  
282 A gente tem o judicial que viria CT, o CT faz o que tem que fazer, vai para a rede, conselho  
283 tutelar, apresenta o pedido ao Ministério Público, esse tem que ser o fluxo normal. É o  
284 conselho tutelar que faz o pedido de acolhimento, de acordo com a lei. Então ali a gente vê  
285 que metade do judicial é feito pelo conselho. Podem ver que ali, ó, 101 no ano passado, 136

286 esse ano. Na apresentação depois, no outro, vocês podem usar, ela vai estar mais organizada,  
287 vocês vão conseguir ver. Aí tem coisas que não passam pelo Conselho Tutelar, por motivos  
288 que a gente sabe que tem as dificuldades com o Conselho, então vem direto da rede  
289 socioassistencial. Isso o número aumentou. E esse ano a rede já pediu mais que o conselho,  
290 mais que o ano passado, porque não consegue estabelecer uma relação de rede adequada. A da  
291 educação pede um pouquinho mais, e a política de saúde tem pedido quase tanto quanto os  
292 conselhos. Eu não consigo ver.

293

294 **Mirela, FASC:** São 128 pedidos do SUS em 2024 e 130 e poucos em 2023. O que o SUS  
295 pede geralmente? RI, não é só RI, mas é geralmente RI. E esse dado é de 23, de 24? De 24. O  
296 que acontece? Só acho que para instruir essa questão dos bebês. A gente acolheu, desses 100,  
297 vamos dizer, de 2023 a gente fez levantamento. De 128 a gente acolheu 90 e poucos. Desses,  
298 tinha, ficaram acolhidos, desses foram acolhidos 50. Por quê? Tem alguns casos que tu pede,  
299 mas acaba não acolhendo porque aparece alguém. Tem casos que eles pedem muito antes da  
300 criança estar em condição. Então, assim, tem um delay entre a necessidade real e porque tem  
301 casos que a necessidade é real. E tem uma coisa assim, antigamente como é que funcionava?  
302 Quem mais acolhia era o Clínicas. O Clínicas toda sexta-feira vinha com um pacotinho azul,  
303 um pacotinho cor-de-rosa, muitas clínicas. A gente não tinha acolhimento do HPV, o HPV  
304 investi na família e fazia uma avaliação antes. Hoje tu primeiro acolhe num convênio exclusivo  
305 do hospital com o judiciário, não passa nem pelo conselho nem pela rede socioassistencial,  
306 então tu não conhece a família, e depois que a criança está no abrigo é que tu vai procurar a  
307 família. E muitas vezes tu reverte. Mas aí tem muita gente que não reverte. Tem casos que são  
308 revertidos. Hoje a gente tem uma coisa interessante, que é, bom, depois eu vou falar. Então, eu  
309 acho que, assim, a faixa etária do acolhimento, depois da pandemia para cá, de recém-nascido  
310 explodiu. A gente fez uma pesquisa o ano passado, a gente teve 112 pedidos de recém-  
311 nascidos de hospital. Isso equivale a 1% de todos os nascidos vivos da cidade. Sobre os dados  
312 do CADÚnico, se a gente for cruzar com os dados do CADÚnico, porque aí tem questão se o  
313 serviço está inserido ou não, consegui cruzar. Mas 1% de todos os recém-nascidos da cidade,  
314 dos nascidos vivos estarem acolhidos é um número expressivo. Foram 13 mil recém-nascidos,  
315 de nascidos vivos. Depois tu tem as coisas que são normais. Aí tu vai ver que o acolhimento  
316 acaba ficando maior na faixa dos 6 aos 15 anos, que é a faixa normal, quando começa a estar  
317 na idade escolar, mas está problema na escola, tudo que a gente já sabe. Até 5 anos a família  
318 dá conta, aí começa a ter os problemas. E isso tem que ser PET, é mais ou menos, é um

319 padrão. Tem um padrão ano a ano. Pode passar. E aqui sobre o conselho, para vocês, como eu  
320 sei que vocês estão bem as questões do conselho, vocês estão procurando, eu trouxe, porque  
321 tem, no relatório tem por micro, tá? No relatório eu vou deixar, está tudo por micro. Mas aqui  
322 vocês estão vendo que tem uma diferença, né? Tem coisas que eu não entendi. Como é que a,  
323 os certos lugares acolhia muito emergencialmente antes da pandemia e pararam de acolher, e  
324 outros que não acolhiam, começaram a acolher um monte. Por que a pandemia mudou nesses  
325 territórios? Aí isso tem uma questão que mudou. Mas sempre o CT 10 e o CT 5 como  
326 destaque. Olha o 4, pelo amor de Deus. A micro que mais teve, recebeu acolhimento, foi a  
327 micro 10. A micro 9, a micro 10, a micro 10. A 9, a micro 10. Mas a gente tem que ter um  
328 outro detalhe: é o perfil do território, porque a gente sabe que tem outras, tem umas micros, a  
329 micro 1 não acolhe emergencialmente, já tem um número bem pequeno. Por quê? Porque ela  
330 acolhe judicialmente um monte. Então o micro 2 também, tem características diferentes, não dá  
331 para olhar só o número, porque nem aqui, aqui no relatório está aberto dado. No site da gente  
332 tem saúde. O que acontece? Cada micro tem uma característica. Dentro do relatório está  
333 aberto, aqui eu só trouxe para vocês verem, mas aqui está explicadinho cada micro que faz até  
334 2023. 2024 a gente não fez ainda porque o ano não terminou e está muito confuso com a  
335 questão, então está esperando baixar. Mas aqui está explicado o movimento. Vocês vão ver no  
336 relatório que eu vou deixar aqui. O que ela disse, a micro 1 e a micro 8, ela tem menos  
337 acolhimento, que ela faz direitinho, ela leva para o judiciário, ela vai para o plantão, ela faz o  
338 fluxo certo. Então, o conselho da micro 1 tem baixo número de acolhimentos emergenciais e  
339 geralmente tem instruído adequadamente os casos, é o conselho que menos acolhe. Acolheram  
340 9 casos em 2023, que representa um decréscimo em relação a 2022. A gente não está  
341 discutindo aqui o acolhimento judicial, a gente está discutindo exclusivamente o emergencial,  
342 onde ele tem a prerrogativa de fazer sem passar pelos órgãos de garantia de direitos. Então,  
343 cada um a gente dá uma explicadinha. Mas me chama a atenção porque teve algumas coisas na  
344 pandemia que realmente mudaram o padrão. 64 casos em 2019, teve 14 em 2020 e depois, lá  
345 em 2018, teve 49. Onde é que, essa discrepância está onde? Isso é uma coisa interessante para  
346 tu pensar a vigilância, né? **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de**  
347 **Assis – CPCA:** Mirela, eu acho que era legal, a Sônia tem os dados, um dia para vocês, do  
348 número de crianças por regiões, que é bem diferente. Está vendo que o Partenon e a Lomba de  
349 0 a 18 anos é um índice muito superior que outras regiões da cidade. Tem muito mais crianças.  
350 Aqui embora ali nem aparece a Lomba, está com... **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal**

351 **de Saúde – SMS:** Frei, é que ela também, ela me ponderou que não tem uma, não tem uma  
 352 regularidade de trabalho, não tem as mesmas formatos de trabalho, né? Cada, cada CT. E isso  
 353 também pode variar, porque às vezes eu sou de um território, pelo que eu entendi, mas a  
 354 minha, o meu espaço não tem, por exemplo, espaços emergenciais, aí eu fico noutra micro.  
 355 **Mirela, FASC:** Não, não, isso não tem nada a ver. Não, porque o acolhimento emergencial só  
 356 tem um na cidade. Tu tem um na cidade. Não tem a ver com isso. CTs distribuem pelo  
 357 território do Conselho Tutelar. É a origem. É a origem. O acolhimento é uma política  
 358 centralizada. Então é de todos. É, o emergencial só tem um. O acolhimento, ele é uma política  
 359 centralizada, ele não é que nem a saúde, que tem os territórios, que nem os outros serviços da  
 360 assistência. O acolhimento, ele é, ele não é territorializado. Então, eu tenho aqui por território,  
 361 eu não trouxe a lâmina ali, porque eu achei que não ia, mas eu coloquei por território de  
 362 origem na demanda e somei o judicial e o emergencial. Então, em 2023, o eixo, o eixo  
 363 Baltazar, é onde tem a maior demanda, que fica a micro 10. Depois, a, depois a Glória  
 364 Cruzeiro Cristal, então, o eixo pediu 149 acolhimentos em 2023. A Glória Cruzeiro Cristal  
 365 pediu 92. Somando o Partenon e a Lomba dá 108. Somando o Partenon e a Lomba dá menos  
 366 que a Eixo, olha só. É verdade. Então, são coisas. Eu acho que isso, aí tu vê realmente a  
 367 origem da criança, qual região ela é, mas aí tu vê que tu somou o judicial. Aí tu vai pegar, por  
 368 exemplo, o, vamos pegar, o Centro, Ilhas e o Humaitá Navegantes, eles pediram 40  
 369 acolhimentos judiciais e 26 emergenciais. Tu vê que ele faz tudo pelo judicial, como tem que  
 370 ser. A micro, que é o norte, norte-nordeste. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural**  
 371 **São Francisco de Assis – CPCA:** Ô, e olha, Ilhas e Navegantes ali é uma região  
 372 extremamente vulnerável, e não tem tanto acolhimento porque há uma criminalização um  
 373 pouco da pobreza também. **Loiva, FASC:** Tem, mas eles seguem o fluxo adequado, eles  
 374 levam para o judiciário, e tal. **Mirela, FASC:** Eles fazem, os casos deles vem certinho, bem.  
 375 Tem duas micro ali, né, tem a 8 e a 1. Só perguntar ali, ó, o que que é aquele depois do CT 10,  
 376 OM ou OZ? Outros municípios. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atenção Integrado**  
 377 **do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** E os outros, o que é?  
 378 **Mirela, FASC:** Outras situações. Aí, há casos que pegaram e pediram para vir para cá porque  
 379 o caso que está, a mãe está aqui, há umas outras coisas aleatórias, que, que na verdade, isso  
 380 aqui geralmente são coisas mais estranhas. Por exemplo, esse ano nós tivemos dois maiores de  
 381 idade acolhidos. Então, assim, são coisas. O outro caso que veio de, da mãe que estava em  
 382 Gravataí ou Cachoeirinha, que veio, a criança estava no hospital, foi transferida para o

383 emergencial nosso, nós ficamos com um mês e meio no hospital com a criança. Aí é caso a  
384 caso. Nunca vimos a criança pela rede, chegou por uma determinação judicial. Próxima,  
385 próxima. Esses dados que estão ali são dados das duas formas de acolhimento, né?  
386 Emergencial e judicial. O total está aqui, está no relatório. Está no relatório aqui. Mas é isso  
387 que eu disse que achei estranho, a Restinga tinha o maior nível de acolhimento de todos, no  
388 emergencial. E depois da pandemia eles pararam de acolher, e não mudou a vulnerabilidade,  
389 então para mim é uma questão que chama atenção, porque os casos da Restinga eram casos  
390 que não eram tão... E ali o Extremo Sul, que junta Restinga e a micro 6, tem 99 acolhimentos  
391 em 2023. Se tu comparar com, ele compara com, ele tem o mesmo número de acolhimentos do  
392 Glória Cruzeiro Cristal, que a gente sabe que tem falta de cobertura escolar. Acho que as  
393 dificuldades que nós temos aqui hoje. Eu trouxe assim, ó, um resumo do resumo do resumo do  
394 resumindo, tá? Porque se a gente fosse falar, eu ia encher laudas e laudas. Conselho Tutelar, os  
395 anexos 2, bom, eu não vou discutir que ele pode e que ele não pode. Foi combinado que podia,  
396 eu vou partir do que a gente pactuou. Ele traz os anexos 2, que é o instrumento que deveria  
397 embasar o acolhimento, incompletos, com poucas informações, nome em branco, idade em  
398 branco, endereço em branco. A gente pega o histórico, tem lá idade não informada. Um monte  
399 de gente que não sabe idade, não sabe nada. Às vezes vem um nome, fulano, não tem  
400 sobrenome, não tem nome da mãe, e tu vai adivinhar a criança como? Aí a gente briga com a  
401 saúde que ele quer informações. Como é que eu vou dar informação? Eu não tenho, o único  
402 documento que eu tenho do sujeito é aquela folhinha. Casos inconsistentes. Aí está  
403 apresentando um caso inconsistente, tem uma rede, nunca passou pela rede, nunca falou pela  
404 redinha, o caso não é agudo, por que vai acolher emergencialmente? Demanda fora do fluxo,  
405 quer dizer, vai lá na, no dia, no R11, no R12, bate na porta sem passar pelo núcleo, para lá tem  
406 que dizer, fora do plantão ou onde quer que seja, porque tem o contra, é guria adolescente  
407 envolvida com isso, tem toda uma questão que tu tem que gerir. Fora outras coisinhas que eles  
408 fazem fora do fluxo, lá no PAN, bate lá na porta do PAN e manda, manda acolher  
409 emergencialmente do PAN porque não quer esperar o tempo tem que ficar lá para fazer essas  
410 coisas, que a gente sabe. O acolhimento não é a última medida, o Conselho não esgota o que  
411 tem que fazer antes. Aí, isso é histórico, isso também é no judicial. Só que é assim, fica numa  
412 posição de muita fragilidade com o executivo em geral. Porque se tu enfrenta, tu tem  
413 retaliação. Se tu não enfrenta, bom, cada vez vai aumentando o mando e nós estamos  
414 chegando num momento em que a gente não está conseguindo trabalhar mais. A gente como

415 gestão não consegue trabalhar. Aí a Letícia pode dizer mais, que ela opera todo dia isso. É  
416 bom que ela diga.

417 [Pausa na gravação]

418 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**  
419 **Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** retomando então, gente. Retomando e  
420 encaminhando. Anotei algumas questões que a gente teve a partir da apresentação da FASC.  
421 De antemão, eu acho que a gente tem que aproximar cada vez mais e ter mais frequência esses  
422 dados, a apresentação, essa conversa. Quão rica é e quão angustiante é. Porque em vários  
423 momentos me irritei. Mas porque eu acho que a gente precisa trabalhar em rede. A gente  
424 precisa fortalecer os serviços que já são existentes. Então, quando a gente fala de um  
425 acolhimento de bebê, de recém-nascido principalmente, me causa muitas questões em relação à  
426 questão da drogadição da mãe, da questão de a gente poder pensar de que hoje as pessoas que  
427 usam substâncias, elas estão em qualquer nível social. E que a gente tem que cuidar muito para  
428 a gente não trabalhar somente com uma parte da população e aí só acolher uma parte da  
429 população, então se é um dos critérios de acolhimento, principalmente. Também penso de que  
430 lá na rede, na redinha, o posto de saúde, lá no pré-natal, eu trago o exemplo lá da minha  
431 região, tanto o Posto de Saúde da Ernesto Araújo, que é a referência, quanto da 25 de Julho,  
432 que são as minhas referências lá, eles sabem a família. Aí eu digo assim: “Ah, a família Maria  
433 Joaquina Ramos”. Aí ela disse assim: “Ah, Maria Joaquina, sei. É mãe do fulano, pai do  
434 ciclano”. E aí já puxa toda a ficha da pessoa. Então, eu acho que a gente pode estar  
435 trabalhando enquanto rede mais afinados e criar e reforçar os fluxos que já se tem. Quanto a  
436 essa questão principal, eu coloquei aqui uma reunião da FASC e da Saúde e aí vocês  
437 trouxeram a questão do hospital, eu acho que é interessante a gente botar o hospital junto, e aí  
438 o CMDCA também, para a gente trabalhar quanto a questões de acolhimento direto em relação  
439 a esses bebês. E eu acho que o CT também, que a gente poderia... Na mesma linha, Sônia, eu  
440 acho que seria interessante a gente ter uma apresentação da saúde depois com esses dados  
441 também, para a gente poder entender às vezes essa questão de mortalidade dos puérperos. Na  
442 ata sai direitinho. Eu sou péssima. No 40 dias pós-parto, né? É uma palavra em inglês nova.  
443 Daqui a pouco eu tenho que botar os stakeholders aí também. E aí a gente poder, eu acho que  
444 trazer essa apresentação porque você colocou no grupo do WhatsApp alguns dados, a gente  
445 viu ali na mídia também a sua fala. Eu acho que quão é importante a gente trazer esses dados  
446 para a gente ter subsídios, que é na mesma linha que a gente está trabalhando a questão de  
447 acolhimento hoje também. Outra questão, daí sim, é quando a gente trabalha com a questão de

448 acolhimento institucional, a gente sempre ouve falar, e é uma parte da nossa fala e não  
449 discurso, em que acolhimento institucional é a parte mais cara, né? E tem que ser a última  
450 parte. Então, se a gente pensar que é a parte mais cara e tem que ser a última parte, aí antes de  
451 chegar lá, a gente tem que fazer o todo antes. Desde a família extensa, desde tudo que é  
452 possibilidade. E lógico que a gente falou bastante da questão de prevenção, e para prevenir a  
453 questão, trabalhar mais a básica possível, a gente precisa sim de recurso. A gente precisa de  
454 recurso na básica e aí, com certeza, não vai ficar lá o mais caro do acolhimento. Também a  
455 gente tem que pensar de que hoje nós temos dados, e aí você falou mais ou menos ali, de  
456 questões de por que chega no acolhimento. Naquela audiência que a gente teve lá, foi trazido  
457 acolhimentos por questões de fome. Foi trazido questões de acolhimento por questões de  
458 adolescente, criança, por questões de manejo, limite, como se fosse realmente um castigo. E aí  
459 isso não soluciona. Porque isso novamente é uma prevenção que tem que ser trabalhada, é lá  
460 na básica que isso tem que ser trabalhado. Eu não soluciono a fome desta criança acolhendo  
461 essa criança. Porque provavelmente a família ainda está com fome. Eu não soluciono a saúde  
462 para esta criança acolhendo a criança e falando a casa lar, abrigo, sei lá o quê, “façam  
463 atendimento de saúde nessa criança”. E aí eu não dou a porta de entrada para a saúde com  
464 aquela família lá. Então, assim, são mais questões em que temos que pensar quanto cidade,  
465 quanto rede, do que simplesmente o final com o acolhimento. Eu não posso ter 2 anos para  
466 uma criança ter uma consulta de neurologista e aí eu acolher essa criança e aí em 2 meses ele  
467 tem, nem isso talvez. Então assim, não me soluciona acolher essa criança para ele ter o  
468 tratamento. Eu tenho que dar o tratamento para essa criança com a família desta criança, eu  
469 tenho que oportunizar naquele bairro, naquela comunidade, nesta cidade, este atendimento.  
470 Então assim, a gente tem que pensar maior as situações. A gente tem que pensar de que o  
471 serviço de convivência e fortalecimento de vínculo, ele tem que ter vaga. A aprendizagem tem  
472 que ter vaga, trabalho educativo tem que ter vaga, tem que ter qualidade e vaga. Tem que ter  
473 equipe técnica. Como a Carina disse assim: “Ah, tem que ter os 4 turnos”. Não acho que tem  
474 que ter os 4 turnos. Como também não acho de que o conselheiro tutelar, ele tenha que  
475 acolher emergencialmente. Lógico que tem tudo sim, cada caso. Mas não de qualquer forma eu  
476 acolho, não é assim. E aí eu trouxe também de que a gente tem que fazer uma aproximação.  
477 Eu botei aproximação. Com o Conselho Tutelar, Judiciário, Ministério Público e CMDCA e aí  
478 quem mais tiver topando se aproximar. Porque a gente vai ter que chegar neste momento de  
479 conversa para poder entender o que é acolhimento emergencial e qual é realmente os papéis e  
480 de cada um com responsabilidade. Não é simplesmente eu sou a juíza e eu te mando e tu

481 obedece. Não é simplesmente isto. E não é simplesmente o Conselho Tutelar e que está tendo  
482 visão de polícia, de apreensão e colocar em um abrigo. Eu acho que a gente tem que  
483 reformular os nossos olhares, porque principalmente Código de Menor já passou. Então, se a  
484 gente não pensar que nós estamos no ano que vem completando 35 anos do ECA e que em  
485 algumas coisas nós estamos regredindo gritantemente, não vai nos adiantar completar 35, 40  
486 ou mais anos. Então, como diz o Frei, o impacto de acolhimento institucional na vida de uma  
487 criança e adolescente é gritante. E muitas vezes não volta, porque machuca. É uma agressão, é  
488 uma violação também. Então a gente não pode ficar simplesmente colocando a qualquer forma  
489 os acolhimentos, principalmente o emergencial. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de**  
490 **Saúde – SMS:** Primeiro eu quero agradecer as gurias, a Ângela, né, que eu fui tratando e  
491 conversando. Muito obrigada por vocês terem vindo e nos apresentar esses dados para o  
492 Conselho. O que eu sugiro como encaminhamento? Quando a gente convidou, era no sentido  
493 de que o Conselho vai contratar um diagnóstico e a gente trabalhar em conjunto com a FASC,  
494 porque tem os dados e nós, enquanto Conselho, para a gente não trabalhar em dados diferentes  
495 e nem para linhas diferentes. Então, talvez no encaminhamento, depois a Carol vai conversar,  
496 enfim, no sentido para o que nós, enquanto Conselho, queremos para que a gente possa ter  
497 esse diagnóstico. Essa é uma das pautas. Como encaminhamento, uma agenda com as  
498 secretarias, porque mais uma vez a gente vê que a gente não conversa internamente. Uma  
499 agenda com o judiciário, que se faz muito mais que necessário, e uma agenda com o Conselho  
500 Tutelar nesse sentido. Porque senão vira uma pirâmide. Em vez da gente estender e mostrar  
501 para fora o que a gente tem, quais são os nossos serviços, o que que a gente oferta, se  
502 inverteu. Agora são vocês que têm que me atender de qualquer forma, e não é essa a ideia. E  
503 daí uma das questões, quando chamar o Conselho Tutelar, é até a própria responsabilização  
504 daquele conselheiro. Ok, como eu concordo com a Mirela, entrega hoje essa criança, acolhe,  
505 mas amanhã de manhã tu tens que estar lá para fazer o teu trabalho, para ver onde é que está,  
506 onde é que não está. Então essa responsabilização do conselheiro é fundamental. E a pauta  
507 para mim acho que a gente vai ter que rever essa questão desse diagnóstico para a gente poder  
508 trabalhar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**  
509 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É bem isso. Eu acho assim que a  
510 gente vai ter que pensar algumas linhas. Sim, a questão inicial era a gente ter dados para o  
511 diagnóstico, ter dados para o todo, na verdade, da gente poder pensar o acolhimento. Mas, não  
512 sei se foi este ano, ano passado, eu já me perco um pouco, mas a gente teve o fórum temático

513 do acolhimento institucional aqui, trazendo exatamente, não trouxe os dados, mas trouxe  
514 exatamente as mesmas questões. E aí a partir dali a gente trouxe o Conselho Tutelar também  
515 para a gente poder conversar, fez algumas ações, mas acabou também não avançando. Eu acho  
516 que a gente tem que retomar essas questões e fazer como a Sônia fala também, da gente poder  
517 fazer essas articulações um pouco mais rápidas também, para a gente ver, além dos dados do  
518 diagnóstico, eu acho que a gente poderia sentar depois e ver exatamente o que a gente vai  
519 estar colocando no nosso processo de diagnóstico. Porque a ideia é a gente, uma das questões  
520 é a gente poder questionar cada CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, para a gente poder ver os  
521 vazios e os números de atendimento, alguma coisa nessa linha assim. E aí a gente poderia ver o  
522 que vocês já vão fazer, que daí a gente pode já ter os dados com vocês, ou a gente também  
523 pode ir para uma outra área que talvez não, para não sobrepor. Porque daí a gente não precisa  
524 ter os mesmos dados, que vocês já vão ter esses dados também. Gurias, olha só, muito  
525 obrigada. Tchau, obrigada. Assim, nós temos, ali eu coloquei na executiva, de eu colocar ali.  
526 Veio um ofício da instituição Padre Pedro Leonardi, solicitando que o conselho possa intervir  
527 ou dar um parecer sobre dois carros em que foi comprado pela Mitra e na dissolução está  
528 pendente na dissolução da instituição entre a Mitra e a instituição Centro Cultural, não sei o  
529 que mais, que é do padre Ceron. Então, o que a gente teve executiva hoje de manhã e a gente  
530 encaminhou daí para o FUNCRIANÇA. Lá atrás, nós soubemos que a instituição Mitra e o  
531 Padre Ceron não estavam mais na mesma instituição; o Padre Ceron não estava fazendo mais  
532 parte da Mitra. Estes carros, propriamente dito, foram adquiridos com a parceria Mitra. A  
533 instituição que o Padre Ceron hoje faz parte, o Centro Cultural, não sei o quê, e mais o Padre  
534 Leonardo também, mandaram um e-mail pedindo que o CMDCA intercedesse sobre esses dois  
535 carros. Só que esta questão não diz respeito ao CMDCA. Ela diz respeito ao Funcriança e à  
536 parte jurídica para dar um parecer. Tem que encaminhar para a ASSETEC, para o Funcriança,  
537 para a PMS, para eles poderem dar a parte técnica. Aí sim, depois provavelmente virá para  
538 nós, para podermos ver a questão do registro e inscrição dessas instituições, das duas. Os  
539 carros já foram comprados. Mas a parte técnica é com eles. Outra questão: também veio um  
540 ofício da suspensão de atividades da Some Aparecida das Águas, solicitando que possamos ver  
541 a situação deles quanto à resolução 087. Como falei na semana passada, já encaminhamos, pela  
542 FASC e também por aqui, para o PMS 7, para eles poderem fazer um parecer, já que a  
543 instituição, neste momento, está sem a parceria naquela região de convivência. Isso a gente já  
544 fez. Outra coisa: seminário de novembro. Nós, há um tempo, fomos procurados por uma  
545 instituição capacitadora. Nós fomos procurados para fazer um seminário sobre violência contra

546 crianças na primeira infância. É a capacitação do Programa Ser. Depois posso colocar no  
547 grupo do CMDCA geral o e-mail que está sendo trabalhado. Nós tínhamos duas datas, é um  
548 seminário de dois dias: 27 e 28/11. Eles querem saber algumas questões: qual é a quantidade  
549 do público esperado para o evento? Qual é o espaço? Vai ter lanche? Qual o horário que os  
550 capacitadores deles podem chegar no evento? Vocês farão alguma abertura do evento? Qual é  
551 o local do evento? São várias questões que eles querem trazer. É uma qualificação gratuita,  
552 uma qualificação que eles fizeram a partir de um projeto federal com várias capacitações em  
553 várias regiões, que foi apresentado aqui e é um programa maravilhoso. Também pedindo a  
554 pessoa de referência. Pensando na questão que nós vamos ter o seminário agora em outubro  
555 para o Conselho Tutelar, pensei em reforçarmos um seminário em novembro para o Conselho  
556 Tutelar e rede também. Assim, poderíamos fazer esses dois seminários tanto para o Conselho  
557 Tutelar quanto para a rede. Teríamos que ver os espaços e as pessoas de referência. Pensei em  
558 duas pessoas de referência: Paulo Meira, que não está aqui, e Carlos Simões também. Lógico  
559 que articuláramos as demais coisas, mas eles, principalmente, como referência. Falei porque  
560 eles não estão aqui, mas acho que seria bem adequado. Uma outra questão para podermos  
561 fechar é que hoje de manhã estivemos aqui com a FASC e com o pessoal do Funcriança, e  
562 conversamos sobre a resolução 87. Nós temos que fazer uma resolução para alguns  
563 encaminhamentos. Das 14 instituições que passaram na resolução 87, que liberou recurso na  
564 resolução 92, nós estamos com cinco instituições com algum problema. Desses, três  
565 instituições estão precisando regularizar alguma pendência financeira aqui na SMDS. Como o  
566 fundo é vinculado à SMDS, não temos como passar recurso para essas instituições via FASC  
567 se elas ainda estão com pendências no Funcriança. E é Funcriança. Já solicitei que seja anexado  
568 nos processos o atestado de regularidade do SMDS Funcriança. Precisamos, então, notificar  
569 essas instituições que elas terão um prazo limite, que daremos agora, para que possam  
570 regularizar essa pendência, ou negociar, ou seja lá o que for. Mas elas têm que organizar a vida  
571 financeira delas aqui dentro até um prazo X. Pensei que essa instituição teria para regularizar  
572 até o final de dezembro ou início de dezembro. Penso que também não podemos ficar com esse  
573 valor preso para uma, duas, três instituições aqui até quando. Até porque nosso objetivo é que  
574 essa instituição possa se recuperar e continuar trabalhando. Pensando nisso, hoje é 16 de  
575 outubro. Pensei em um prazo até 30 de novembro, ou início de dezembro, porque um mês é  
576 bastante tempo. Mas precisamos considerar o encerramento do orçamento. Não adianta  
577 arrumar a casa em dezembro, porque se perde o tempo de empenho e perde-se tudo. O  
578 empenho vai até 12 ou 15 de dezembro, as datas de finalização já saíram. Portanto, o prazo

579 precisa ser até 30 de novembro. Nossa resolução não tem data de finalização. Por isso me  
580 questionaram hoje, na FASC, até quando esse recurso pode ser liberado. Eu disse que, para  
581 mim, tem que ser o quanto antes, a liberação de tudo. Dia 30 de novembro é um sábado.  
582 Então, o prazo seria até o dia 29, que é uma sexta-feira. Para não haver dúvida, o prazo final  
583 será 29 de novembro. Elas têm tempo. Dia 29, então. Considerando que essas instituições  
584 provavelmente estão com pendência ou em carta de captação ou em editais, o último edital foi  
585 em 2022. Quando a instituição faz a prestação de contas, tanto da carta de captação quanto do  
586 edital, ela tem ciência do que está devendo ou não. Então, mais do que nunca, a instituição tem  
587 que se regularizar para poder receber outro recurso. Não temos como colocar mais recurso.  
588 Infelizmente, compreendo a situação, mas há questões burocráticas que não temos o que fazer.  
589 Ela vai ter que apresentar a negativa, é a documentação básica. Podemos colocar até o dia 29  
590 de novembro como período para essas instituições se adequarem? Ok. Mais uma questão. Há  
591 duas instituições para as quais temos que ver outras formas de repasse. Uma é a Aparecida das  
592 Águas, que eu já falei, que está na PMS. A outra é a Feci, que não tem parceria. Ela tem uma  
593 certa parceria, mas é sem repasse, falaram um termo que não consigo lembrar agora. Elas têm  
594 educação integral pela SMED, mas, a princípio, a educação integral não tem repasse, teria que  
595 se fazer algo por lá. Ou podemos verificar se elas têm carta de captação ativa aqui. Porque elas  
596 têm uma parceria com a FASC. Essa parceria é sem repasse, tem um nome. É uma parceria,  
597 tem um termo. Na verdade, é o serviço de convivência. Assim, de forma, eles oferecem o  
598 estacionamento da Fecin e, em troca, eles atendem crianças e adolescentes no serviço de  
599 convivência. É uma troca pela outra. É uma parceria sem recurso. Então, a parceria é essa. Só  
600 que, exatamente, não tem como fazer um aditamento, porque não tem recurso. Não tendo  
601 recurso, não tem como aditar. Então, onde eles teriam como solicitar recurso, que daí a gente  
602 vai ter uma reunião com a SMED na sexta-feira, eu vou ter lá com o secretário pelo Fórum  
603 também, e aí a gente pode estar levando se há a possibilidade e qual é a possibilidade pela  
604 educação integral, que daí a gente abre esta porta, ou então ver qual é o valor que eles já  
605 captaram, para eles solicitarem o dinheiro e, a partir do dinheiro, a gente fazer um aditivo.

606 **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** E a  
607 Feci não tem vínculo nem com a FASC, nem com a SMED? Tem educação integral na SMED.  
608 E a SMED não disse lá atrás, pelo secretário Maurício, que pela SMED não precisava de  
609 dinheiro do Funcriança, que eles pagavam direto? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de  
610 Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do**

611 **CMDCA:** Mas é isso que eu quero reafirmar. Pagaram a Feci? Não, porque a educação  
612 integral, de acordo com a fala do secretário, nenhum da educação integral solicitou recurso.  
613 Mas, de qualquer jeito, eu comprehendo, até concordo, Sônia. De qualquer forma, nós estamos  
614 com cinco instituições em que não vão receber aquele recurso. Três instituições porque estão  
615 inadimplentes ou com pendências financeiras aqui no Funcriança e que vão ter que se  
616 regularizar para receber. E essas outras duas instituições estão sem parceria. E aí uma é  
617 possível a gente ver por onde ela, que é a Feci, que a gente vai poder ver de onde que ela vai  
618 receber, que eu acho que vai ser praticamente com a SMED, e a Aparecida das Águas, que daí  
619 a gente vai esperar retorno da procuradora. Ok? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da**  
620 **Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Tem uma outra também que não está aí, que não  
621 deve ter se queixado, não pediu apoio, porque também não tem parceria vigente com a FASC,  
622 mas tem com a SMED, que é a Vila Flores. Vila Flores afundou na enchente. Qual é o nome?  
623 Vila Flores o quê? É uma entidade, uma organização social. Eles têm parceria com a SMED e  
624 eu encontrei eles. Eles têm educação infantil? Tem. E eles não pediram; eles disseram que foi  
625 tanto problema que eles começaram a se resolver por eles. E aí, quando descobriram o que  
626 estava acontecendo isso lá nas nossas reuniões no Tecnopuc, eles falarão: "não estou sabendo  
627 de nada", estavam tudo por fora. Mas assim, afundou, afundado. **Carolina Aguirre da Silva,**  
628 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**  
629 **do CMDCA:** Hoje eu estava conversando com a Natália que a gente está com aquela carta de  
630 captação da enchente. Nós estamos com quase 300.000 e está para entrar mais algum outro ali.  
631 E nós estávamos pensando na semana passada qual o objeto, o que poderíamos colocar. E aí,  
632 durante a nossa conversa, veio a luz, literalmente, de fazer esta carta, fazendo no projeto, para  
633 instituições que não têm parceria, que não foram auxiliadas nem pela SMED, nem pela FASC,  
634 mas que têm registro e foram impactados pela enchente. Sabe? Então assim, nós temos o  
635 Instituto REC. Eu não lembro qual é o outro lugar, mas nós temos, eu sei que são cinco  
636 instituições em que eu sei, procurando nas minhas anotações, eu acho ali depois quais são, mas  
637 são instituições que não têm parceria nem com um, nem com outro. O trenzinho tem. Tá que  
638 nem o pessoal pergunta para mim: "Chegou água lá, Carol?". Chegou lá, Porto Alegre acabou.  
639 Chegou água na Lomba, Porto Alegre já era. Então, se enquadraria também nessa situação.  
640 Não, mas aí a gente vai pensar o projeto, como a gente conversou meio-dia. E aí eu estava  
641 falando para as gurias que tem o processo SEI que a gente está trabalhando, que agora eu não  
642 me lembro, que a Rose vai ver para mim, que é o da enchente, que tem essas duas cartas de

643 captação em que a gente tem que pegar exatamente a linha. Porque ali fala para a família,  
644 crianças, adolescentes e suas famílias. Então, a gente vai ter que ajudar e amarrar bem nesta  
645 linha para a gente atender tanto as cartas de captação quanto pensar um projeto técnico para o  
646 edital quando vierem os projetos dessas instituições, que vai ser bem específico. A gente poder  
647 mapear e trabalhar. Até eu falei para ela hoje que a gente poderia colocar algumas coisas da  
648 resolução 87. Mapeado dentro da zona, atendido, fotos antes e depois. Algumas coisas, mais  
649 ou menos, como a 87, mas com um projeto bem técnico pensando nessas questões. A Fecin, na  
650 verdade, eu vou ver sexta-feira com o secretário, porque eu também falei para o Pão dos  
651 Pobres que também poderiam pegar recurso com a SMED para aprendizagem e outras  
652 instituições que têm aprendizagem. E aí poderiam também entrar nessa questão. É isso? Mais  
653 alguma coisa? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do**  
654 **CMDCA**: O trenzinho tem? O trenzinho não é o da Lomba? Porque aquele lá afundou, a  
655 cidade está acabada. Se chegar água na Lomba, aí acabou a cidade. **Frei Luciano Elias**  
656 **Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA**: Carol, essa então a Vila Flores  
657 se enquadraria? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**  
658 **da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente**: Vamos ver. Passamos demais do horário hoje.  
659 Gente, é isso, então?  
660 **Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos**  
661 **Direitos da Criança e do Adolescente, às 17h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia**  
662 **Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.**